AÇÕES MATERIAIS NA REPRESENTAÇÃO DE ESCÂNDALOS POLÍTICOS

Guilherme Rocha Brent (UFMG)
guibrents@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa as ações materiais presentes na representação textual de escândalos políticos, de forma a observar como os escândalos são construídos em uma dimensão material dos fatos ocorridos. Para tal investigação, utilizou-se o sistema de transitividade, perspectiva de análise linguística elaborada nos trabalhos do linguístico britânico Michael Halliday. Este sistema gramatical leva em consideração a forma como significados experienciais são representados na estrutura da oração através de um conjunto de tipos de processo, participantes e elementos circunstanciais, em que cada tipo de processo fornece seu próprio modelo para a representação de um domínio particular da experiência. Com relação ao processo material, têm-se verbos de ação que estão relacionados às experiências do falante no mundo externo. Processos materiais envolvem sempre um participante responsável por executar a ação material. As análises revelaram processos materiais responsáveis por construir diferentes realidades de corrupção para os eventos representados. Além disso, o papel de transitividade dos participantes mostrou qual papel discursivo eles recebem na representação.

Palavras-chave: Representação textual. Transitividade. Análise linguística.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar as escolhas linguísticas feitas na representação de dois escândalos políticos, a saber, o escândalo do mensalão e o dos cartões corporativos, num *corpus* que se constitui de quatro textos, com a atenção voltada para o modo como jornalistas constroem realidades de crise e de corrupção para aquilo e para aqueles representados em seus discursos. As análises têm o embasamento teórico do sistema de transitividade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), o qual dá conta da forma como significados experienciais são representados na

estrutura da oração através de um conjunto de processos, participantes e elementos circunstanciais.

No sistema de transitividade, cada tipo de processo fornece seu próprio modelo para representar um domínio particular da experiência. Por este sistema, representamos como entidades agem, como são nomeadas e como se relacionam com o mundo. É por isso que as escolhas feitas nesse sistema revelam como o falante vê o mundo que o cerca. O que acontece quando representamos nossa experiência linguisticamente é que selecionamos processos, participantes e elementos circunstanciais para ordená-la em um todo significativo; e essas escolhas são refletidas na estrutura sintática, lexical e semântica de nossos textos.

Inicialmente, apresentaremos algumas reflexões sobre a questão da representação na perspectiva da análise crítica do discurso (FAIRCLOUGH, 1995; 2001; 2003), seguidas de uma breve discussão da noção de processo material, de acordo com a perspectiva do sistema de transitividade. Em seguida, discutimos as análises feitas a partir dos processos materiais escolhidos pelos jornalistas para a representação dos escândalos políticos.

2. A representação de eventos sociais: escolhas motivadas?

Fairclough (1995; 2003) faz notar que o processo da representação, em qualquer texto, está relacionado à decisão de quais escolhas linguísticas efetuar (o que incluir e o que excluir, o que tornar explícito e o que deixar implícito, o que colocar em primeiro/segundo plano, quais tipos de processo e quais categorias usar), pois, nesse momento, uma representação particular de algum aspecto do mundo está sendo construída nas proposições do texto. Isso implica um olhar atento nas motivações sociais e políticas das escolhas que são feitas em detrimento daquelas que poderiam ter sido feitas, mas que por algum motivo não foram. Com isso, a análise da representação fundamenta-se não só naquilo que está presente no texto, mas também nas ausências, nas coisas que poderiam estar no texto, mas não estão.

Quando as pessoas representam na língua eventos sociais de qualquer tipo, há sempre escolhas alternativas para aquilo que será dito. Segundo Fairclough (1995), toda escolha é, parcialmente, uma questão de vocabulário, já que o vocabulário com o qual o sujeito está familiarizado lhe fornece conjuntos de categorias pré-construídas, e a representação

sempre envolve a decisão de como organizar o que está sendo representado dentro desses conjuntos de categorias. Além disso, nossas escolhas são também uma questão de gramática, visto que a mesma pode diferenciar um pequeno número de tipos de processo, participantes e elementos circunstanciais para representarmos nossa experiência de mundo.

Pode parecer, à primeira vista, que a diferença entre uma ação (por exemplo, "Outros ministros *caíram* na folia") e um sentir (por exemplo, "Os políticos nunca *sabem* onde termina o homem público e começa o cidadão particular") é uma diferença na realidade, na natureza das coisas. Entretanto, as coisas não são simples nesse sentido. Quando representamos na língua algo que acontece no mundo, temos de escolher se representamos isso como uma ação, um sentir, uma relação, um dizer, um comportamento ou uma existência; logo, temos de escolher se representamos atores sociais como dizentes, comportantes, experienciadores, dentre outros tipos; se situamos essa representação em termos de tempo, lugar, razão, propósito, frequência, dentre outros tipos.

Para analisar como eventos sociais são representados no nível do texto, Fairclough (1995; 2001; 2003) propõe examinar as orações a partir de uma perspectiva representacional. Essa proposta está fundamentada na teoria sistêmico-funcional da linguagem, discutida nos trabalhos de Halliday e Matthiessen (2004), Thompson (2014), Fowler (1991) e Eggins (2004). Nessa perspectiva, toda oração indica como o sujeito concebe a realidade à sua volta, e como a gramática é usada para representar suas experiências de mundo. Diante dessa perspectiva representacional, Fairclough (2003) observa que os eventos sociais reúnem vários elementos, tais como, formas de atividade, pessoas, relações sociais, objetos, tempos, lugares e linguagem, que podem ser seletivamente escolhidos para representar um determinado aspecto da experiência de forma mais proeminente.

Convém ressaltar que o discurso jornalístico funciona na representação de eventos sociais como um princípio de recontextualização, removendo elementos de outras práticas sociais e incorporando-os dentro do contexto de sua própria prática. Segundo Fairclough (2003), a recontextualização é uma relação entre diferentes redes de práticas sociais, uma questão de como elementos de uma prática social são apropriados e recolocados no contexto de outra prática. Ao representar um evento social, o jornalista pode seletivamente filtrar elementos de outras práticas sociais, tais como, atores sociais, objetos, ações, lugares, e recolocá-los em seu texto, acrescentando-lhes outros significados, avaliando-os, expli-

cando-os e legitimando-os, por exemplo. Em decorrência disso, alguns elementos se perdem, outros são acrescidos e outros transformados no seio da prática discursiva. Uma vez que estamos lidando com linguagem, isso pode implicar mudanças semânticas no modo como os elementos são recontextualizados. Chouliaraki e Fairclough (1999) entendem a recontextualização como uma condição para a constituição de qualquer prática no discurso. Para Van Leeuwen (2008), todo discurso recontextualiza práticas sociais, e todo conhecimento está, portanto, em última análise, baseado em práticas sociais.

3. O sistema de transitividade

Na metafunção ideacional da linguagem, expressamos e construímos representações sociais do mundo. Nela, a linguagem expressa o conteúdo da experiência do falante em relação a seu mundo interior (pensamentos, sentimentos e crença) e exterior (coisas, pessoas, situações e eventos). Pela metafunção ideacional, organizamos, entendemos e expressamos as realidades sociais à nossa volta e de nossa própria consciência. Nessa configuração funcional, toda oração é vista como uma forma de representar aspectos do mundo a partir do uso de um sistema gramatical particular, o Sistema de Transitividade (*System of Transitivity*).

A metafunção ideacional diz respeito, então, ao componente experiencial da linguagem e, desse ponto de vista, a língua oferece um conjunto de recursos para nos referirmos ao mundo. Conforme explica Thompson (2003, p. 86), "a linguagem reflete nossa visão do mundo como consistindo de ‘eventos’ (verbos), envolvendo coisas (substantivos) que podem ter atributos (adjetivos) e que acontecem sobre detalhes de lugar, tempo, forma, etc. (advérbios)". Esse processo representativo acontece porque a linguagem se organiza de modo a dar significado a nossas experiências de mundo. É por isso que não há nenhuma faceta da experiência humana que não possa ser transformada em significado (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004).

O sistema de transitividade está organizado em torno de três componentes: processos, participantes e circunstâncias. Enquanto as circunstâncias (comumente realizadas por grupos adverbiais e sintagmas preposicionados) podem ou não fazer parte da construção de um fragmento da experiência, os participantes (normalmente realizados por nomes ou grupos nominais), por sua vez, são inerentes aos processos: todo tipo de processo possui pelo menos um participante. Nessa visão, o processo (reali-

zado pelo verbo ou grupo verbal) é o elemento central na configuração semântica, e os participantes são entidades diretamente envolvidas na realização dos processos, em que as funções dos participantes de diferem de acordo com o tipo de processo experiencial.

O que se percebe no sistema de transitividade é que nossas escolhas nos posicionam diante dos eventos que estamos representando. Essas escolhas são sempre motivadas, quer tenhamos consciência disso ou não. Elas são influenciadas, em certos aspectos, pelo contexto no qual são usadas, e isso possibilita ao analista do discurso identificar e explicitar como significados são construídos e representados através da linguagem.

Os processos materiais são processos de "fazer" (transitivos) e "acontecer" (intransitivos), e estão relacionados às experiências do mundo externo do falante, sendo realizados por verbos de ação. Esses processos envolvem sempre um participante responsável por executar a ação, o ator, sendo, pois, um participante obrigatório na oração, aparecendo de forma explícita ou implícita. Nos processos materiais, a significação fundamental é que alguém ou algo faz alguma coisa. O desenvolvimento do processo material pode estar estendido a outro participante, a meta. Este participante representa a entidade para quem, ou o que, a ação é direcionada. Neste caso, o resultado do processo material é inscrito na meta. Outros três tipos de participante opcionais podem aparecer nas orações materiais: o recebedor, o cliente e o escopo. As funções do recebedor e do cliente representam um papel de beneficiário da ação realizada. O recebedor é aquele para quem alguma coisa é dada, e o cliente é aquele para quem algo é feito. O escopo funciona como uma extensão do processo (um verbo lexicalmente vazio), completando seu significado, e pode realizar duas funções: (a) construir o domínio sobre o qual o processo ocorre, ou (b) construir o próprio processo.

4. O papel das ações materiais na representação de escândalos políticos: o caso do mensalão

Com relação ao *corpus* selecionado (duas reportagens da revista Veja), a representação do escândalo do mensalão no domínio do mundo material constrói a atuação de seis participantes de modos particulares. Dos seis participantes, apenas o mensalão não é representado como ator. Sua inclusão nesse domínio experiencial limita-se ao papel de meta (o

participante para quem, ou o que, a ação é direcionada) e escopo (o participante que completa o significado do processo).

As escolhas de processos materiais para representar a agentividade dos outros cinco participantes sinalizam aspectos lexicais e semânticos que nos é relevante para identificarmos como a realidade do escândalo está associada a cada um deles. Com essas escolhas, nota-se que cada um desempenha um papel particular na representação construída. Vejamos abaixo alguns recortes de processos materiais em que esses participantes atuam como ator.

> (1). O PT [**Ator**] assombra [**Processo Material**] o Planalto [**Meta**].
>
> (2). [...] o PT [**Ator**] estava pagando [**Processo Material**] o preço [**Escopo**] por andar com "más companhias" [**Circunstância de razão**].
>
> (3). [...] o PT [**Ator**] comprara [**Processo Material**] o apoio do PTB [**Meta**], mas entregara [**Processo Material**] só parte do dinheiro [**Escopo**].

Percebe-se que as configurações sintáticas e semânticas dos recortes buscam reforçar a agentividade do Partido dos Trabalhadores enquanto partido corrupto, responsável direto pelo pagamento das mesadas a parlamentares. Nos três recortes, o PT é posto em primeiro plano, em que sua agentividade é marcada de forma explícita. Isso revela traços particulares na constituição da representação do escândalo, mostrando que as escolhas linguísticas concedem ao jornalista (à revista) a realização de seu propósito ideológico, o que confere ao discurso jornalístico um de seus princípios mais relevantes: o poder de dar visibilidade a eventos, situações e pessoas.

> (4). As denúncias explosivas do deputado Roberto Jefferson, o homem-bomba do PTB, [**Ator**] detonaram [**Processo Material**] a mais grave crise política dos últimos anos [**Meta**] e jogaram [**Processo Material**] uma espessa nuvem de fumaça [**Meta**] sobre o futuro próximo [**Circunstância de lugar**].

No recorte (4), são as denúncias de Roberto Jefferson que realizam ações de provocar uma grave crise política no Palácio do Planalto. Importante observar no participante ator que o enfoque é dado às denúncias feitas pelo deputado, e não à sua própria pessoa. Isso revela um aspecto interessante em termos representacionais: a imagem de Roberto Jefferson está associada às suas denúncias feitas contra o PT. Isso mostra também que o deputado age por meio de suas denúncias. No recorte, essas denúncias atuam como ator de processos com uma carga semântica de guerra, significado esse ratificado por "as denúncias explosivas" e "uma espessa nuvem de fumaça".

A lexicalização, mecanismo que consiste, segundo Fairclough (2001), numa das formas mais facilmente visíveis de se identificar como os indivíduos ou grupos sociais são representados, serve aqui para identificarmos não só a forma como o deputado Roberto Jefferson é representado, "o homem-bomba do PTB", mas, também, para entendermos o motivo de se usar os processos materiais com carga semântica de guerra. Assim, não é por acaso que as escolhas lexicais "denúncias explosivas", "o homem-bomba", "detonaram", "grave crise política" e "espessa nuvem de fumaça" foram feitas para representar a atuação de Roberto Jefferson no escândalo. O propósito parece ser justamente controlar quem faz o que e quais as consequências da ação realizada.

Para mostrar que as escolhas "do que informar" e "como informar" funcionam como produto de uma ação proposital, política e ideológica, vejamos outros dois recortes envolvendo ações materiais de Roberto Jefferson.

> (5). Roberto Jefferson [**Ator**] fez [**Processo Material**] uma vítima poderosa: o PT [**Escopo**] [...]
>
> (6). As denúncias de Roberto Jefferson [**Ator**] [...] acertaram [**Processo Material**] o coração do PT [**Meta**].

Os recortes (5) e (6) encerram escolhas de processos e participantes que dizem muito sobre os efeitos da delação feita por Roberto Jefferson. O PT é identificado como meta das denúncias. Em (6), a escolha do processo "acertaram" ressoa os processos no recorte (4), revelando como as escolhas experienciais do jornalista estão intimamente ligadas a uma motivação: revelar as consequências das denúncias de Roberto Jefferson no mundo material. No recorte (5), a opção em definir o PT como "uma vítima poderosa" dá à representação uma perspectiva particular: a valorização de um participante acusado de suborno orienta uma leitura específica em torno de suas atividades (por que o PT é uma vítima poderosa?). Acreditamos que essa definição se dá a partir de uma motivação: o sucesso da naturalização de significados para entidades particulares depende de como essas entidades são vistas (nomeadas) no evento em que são representadas.

Com base nessas escolhas, percebemos que o aspecto da realidade criada diz respeito ao poder que as denúncias de Roberto Jefferson exercem sobre a reputação do PT. A representação da realidade do escândalo evidencia, textual e discursivamente, que essas denúncias vitimaram o PT; de agente das ações de subornar parlamentares, o partido passou a

ser a entidade atingida pelas denúncias comprometedoras de Roberto Jefferson. Assim, a realidade oferecida pelos jornalistas permite-nos (re)-construir uma representação do deputado como sendo aquele que não só delatou o esquema, mas também arruinou a reputação do PT.

> (7). Com a saída de José Dirceu [**Circunstância comitativa**], porém, Lula [**Ator**] dá [**Processo Material**] um passo fundamental [**Escopo**] em direção a duas coisas essenciais [**Circunstância de lugar**]: salvar [**Processo Material**] seu governo [**Meta**] e preservar [**Processo Material**] sua biografia [**Meta**].

No recorte (7), segue-se uma sequência de três processos materiais que, de modo geral, resumem a representação do presidente Lula no domínio do mundo material. Diante das denúncias de Roberto Jefferson, Lula é representado como aquele responsável por organizar a turbulência causada pelo PT, visto que ela pode prejudicar sua reputação. Isso indica que as consequências das denúncias atingiram não somente o partido enquanto uma instituição política, mas também a figura central dele. Neste recorte, observamos, primeiramente, que essas denúncias custaram o cargo de José Dirceu, o então ministro-chefe da Casa Civil. A partir disso, os três processos materiais realizados por Lula revelam esse seu papel após a delação de Roberto Jefferson. Nota-se que o jornalista, através da utilização de processos materiais semelhantes, "salvar" e "preservar", constrói uma realidade para as ações do presidente: sua reputação de líder de Estado deve ser zelada.

De acordo com Thompson (2002), o prejuízo da reputação é um risco a todos envolvidos em um escândalo, em que as reputações individuais estão em risco. Por isso, muitos escândalos são caracterizados pelas "lutas por um nome". As escolhas lexicais "fundamental" e "essenciais" retratam justamente a importância desse esforço em defender a reputação de alguém que tem um nome e um cargo a zelar. Entretanto, conforme nos lembra o autor, a luta pela reputação não é uma questão somente de honra e orgulho pessoal. Acima de tudo, está em jogo o capital simbólico: um recurso que possibilita ao presidente intervir e influenciar no curso da crise. Assim, essas escolhas de transitividade e de léxico ativam uma realidade tanto para o presidente Lula, como para a representação do escândalo como um todo.

Nos recortes (8), (9) e (10) abaixo, as escolhas no sistema de transitividade ratificam essa representação discursiva para o presidente, expandindo os significados de suas ações realizadas em (7).

> (8). Lula [**Ator**] disse que, se for necessário [**Circunstância de condição**], vai cortar [**Processo Material**] na própria carne [**Escopo**] e, demonstrando clare-

za diagnosticou: "O que está em jogo é a respeitabilidade das nossas instituições, das quais sou o principal guardião".

(9). Demitiu [**Processo Material**] as diretorias das duas estatais sob suspeita [**Meta**], mandou [**Processo Material**] os governistas apoiarem a criação da CPI dos Correios e defendeu [**Processo Material**] a reforma política [**Meta**], que se esconde na origem da bagunça partidária e da feira fisiológica que se realiza no Congresso.

(10). Com a saída de Dirceu [**Circunstância comitativa**], o presidente [**Ator**] aproveitará para fazer [**Processo Material**] uma reforma ministerial [**Escopo**].

Como pode ser notado, nos três recortes acima as atividades do presidente expressam uma extensão do passo fundamental dado por Lula no recorte (7), o que nos demonstra como a organização experiencial da representação é estrategicamente tecida para fins específicos. Neste caso, a estratégia é naturalizar um sentido singular para as ações do presidente: as reputações sua e de seu governo devem ser preservadas. Todos os três recortes marcam um sentido de mudança política nas ações realizadas. Em (8), a ação é de sacrifício para a mudança: é necessário "cortar na própria carne" para que sua reputação não seja prejudicada. Nos recortes (9) e (10), a ação realizada é de modificação estrutural nas bases políticas: a renovação política é necessária para preservar a reputação.

Outro ator social representado nas escolhas experienciais dos jornalistas é o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Suas atividades são representadas sobretudo no domínio do mundo material, em que Delúbio recebe o papel de distribuidor do mensalão. Esse papel ativo é destacado como ator nos recortes (11), (12), (13) e (14) abaixo, nos quais ele é também afetado pela atividade do processo material, exercendo um papel passivo na ação realizada.

(11). Ao contar, numa gravíssima entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares [**Ator**], pagava [**Processo Material**] mesada de 30.000 reais [**Escopo**] aos deputados do PP e do PL [**Recebedor**], Roberto Jefferson fez uma vítima poderosa (...)

(12). O dinheiro das mesadas [**Meta**] era entregue [**Processo Material**] pelo tesoureiro Delúbio Soares [**Ator**] a líderes ou presidentes dos partidos [**Recebedor**]. (...). Esses políticos contam que Delúbio [**Ator**] desembarcava [**Processo Material**] em Brasília com o dinheiro [**Circunstância de lugar**] e se dirigia [**Processo Material**] à residência dos líderes e presidentes de partidos para fazer a distribuição [**Circunstância de lugar**].

(13). Na quarta-feira, depois de dois dias escondido da imprensa [**Circunstância de tempo**], o tesoureiro [**Ator**], diligentemente escoltado [**Processo Material**] pelo presidente do PT, José Genoíno [**Ator**], apareceu [**Processo**

Material] diante de uma centena de jornalistas [**Circunstância de lugar**] para explicar-se [**Circunstância de propósito**].

(14). O tesoureiro [**Ator**] deixou [**Processo Material**] a sede do PT [**Escopo**] sendo, como sempre, escoltado [**Processo Material**] por batedores de motocicleta [**Ator**].

Ao incluírem as ações de Delúbio na representação linguística do escândalo, os jornalistas recontextualizam os significados dessas ações para uma realidade de corrupção, em que o próprio tesoureiro passa de "encarregado pelo PT de distribuir as malas de dinheiro" a "corruptor". Com as escolhas dos processos "pagar", "entregar" e "distribuir", observadas acima, os jornalistas buscam aproximar a realidade das ações do tesoureiro da narrativa construída nas reportagens, isto é, uma narrativa de crise política e de corrupção no governo.

A organização da experiência em (11) e (12) revela uma seleção lexical de processos materiais e de participantes (escopo e meta) que reforça o aspecto financeiro do escândalo (pagar + R$ 30.000; entregar + dinheiro; distribuir + dinheiro). Esse modo de representar a realidade realça a ligação ilícita entre política, dinheiro e poder. De acordo com Thompson (2002), escândalos financeiros mostram que regras e procedimentos para o exercício do poder político podem ficar comprometidas pela influência de interesses econômicos ocultos. O que os recortes (11) e (12) revelam é justamente essa realidade do escândalo: para que o governo do PT pudesse aprovar suas propostas no Congresso comprou o apoio político de líderes de partidos e de parlamentares.

Nos recortes (13) e (14), o que chama atenção é a forma como Delúbio é representado. Gramaticalmente, o tesoureiro é afetado pela ação do processo. Após a revelação de suas ligações secretas com líderes de partidos e parlamentares envolvendo dinheiro, Delúbio recebe proteção do PT: compete ao partido acompanhar e proteger seu tesoureiro do contato próximo com a imprensa. Com base nos estudos de Thompson (2002), podemos presumir que a motivação dessa escolta talvez se deva ao receio dos petistas de que Delúbio ou cometa alguma transgressão de segunda ordem ou revele qualquer vestígio de suas atividades.

Acusado de chefiar o esquema do mensalão, José Dirceu é destituído do cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Sua demissão é consequência imediata das revelações feitas por Roberto Jefferson, conforme mostra o recorte (15).

(15). Cinquenta horas depois de Roberto Jefferson, o homem a quem o governo fez tudo para desqualificar, ter dito "rápido, sai daí rápido, Zé" [**Circuns-**

tância de tempo], José Dirceu [**Ator**] deixa [**Processo Material**] a Casa Civil [**Escopo**].

Além de revelar a demissão do ministro, a representação experiencial acima reforça o poder que as denúncias de Roberto Jefferson têm sobre os envolvidos. No caso de José Dirceu, essas denúncias revelaram que as atividades do ministro implicavam a contravenção de normas legais, o que acabou lhe custando o cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Há que se notar, na circunstância de tempo, o processo material "fez de tudo", em que o governo é codificado como ator de uma ação sobre Roberto Jefferson. Ação essa que tinha como finalidade anular a legitimidade das denúncias do deputado. Isso mostra como o governo cometeu, nos termos de Thompson (2002), uma transgressão de segunda ordem, negando publicamente que as revelações de Jefferson tinham fundamento – o que foi de encontro ao que mostraram investigações posteriores.

As atividades de Dirceu no mundo material são retratadas, pois, de modo a descrever tanto sua saída do cargo como sua atuação no esquema do mensalão. Ao mapearmos as escolhas de processos materiais em que José Dirceu é codificado como ator, destacamos os seguintes recortes:

(16). Na quinta-feira passada [**Circunstância de tempo**], José Dirceu de Oliveira e Silva, aos 59 anos [**Ator**], *saiu* [**Processo Material**] do Palácio do Planalto [**Escopo**] *pela porta dos fundos* [**Circunstância de meio**], sob *o peso da acusação de comandar o mensalão*, apelido da mesada de 30.000 reais com a qual o PT é suspeito de comprar o voto de deputados aliados [**Circunstância de razão**].

(17). Ao *encerrar* seus trinta meses de governo *acossado* por *denúncias de corrupção* [**Circunstância de tempo**], José Dirceu [**Ator**] assumiu [**Processo Material**] seu posto [**Escopo**] como uma glória do governo [**Circunstância de guisa**], mas *saiu* [**Processo Material**] de lá [**Escopo**] como *sua tragédia* [**Circunstância de guisa**].

(18). Agora [**Circunstância de tempo**], *cai* [**Processo Material**] o próprio José Dirceu [**Ator**], também *com água até o pescoço* [**Circunstância comitativa**] *em um mar de suspeitas* [**Circunstância de lugar**].

(19). Foi ele quem levou para o regaço do governo legendas como PTB, PL e PP - e, *ao executar* [**Processo Material**] *sua estratégia* [**Escopo**], *produziu* [**Processo Material**] *um duplo desastre*: uma base parlamentar *gelatinosa* e o *escândalo do mensalão* [**Escopo**].

(20). [...] o PT [**Ator**], sob o comando do ministro José Dirceu [**Circunstância comitativa**], *fez* [**Processo Material**] *a mais acintosa e violenta intervenção* nos partidos representados no Congresso Nacional [**Escopo**].

Se examinarmos estes recortes experienciais em termos lexicais, veremos que a seleção lexical contribui a seu modo para a conformação e a fixação de uma realidade de mundo do ministro. As ações de José Dirceu caracterizam uma realidade política conturbada, o que favorece a compreensão da realidade de mundo vivida pelo PT. Dirceu é representado como força ativa e dinâmica no que diz respeito a suas atividades como "líder do esquema do mensalão": ele comanda o esquema, executa sua estratégia e constrói coalizões no Congresso. Dessa forma, como agente e protagonista dessa realidade de crise e de corrupção vivida pelo governo, o papel de José Dirceu não é minimizado nas escolhas de transitividade. Ao contrário, essas escolhas o colocam como fonte de informação sobre como funcionava o esquema de suborno.

Vale notar que tais escolhas respondem à função social das notícias, que operam no sentido de por a linguagem a serviço de uma determinada perspectiva de mundo, isso porque "a notícia é uma representação do mundo na linguagem" (FOWLER, 1991, p.4). Visto que o léxico é o principal determinante da estrutura experiencial, os termos sublinhados acima têm papel significativo para a representação discursiva construída para a realidade de mundo do ministro. Tal estruturação lexical sinaliza o grau de engajamento da revista explicitamente a favor de uma avaliação negativa para as atividades materiais de Dirceu, o que demonstra uma sintonia de política editorial sobre a representação do escândalo – visto que o PT, partido sob o comando do ministro, também é avaliado negativamente quanto a suas atividades materiais. Sobre esse comprometimento com a realidade representada, Fowler (1991, p. 85) explica que "é da essência da representação ser sempre a representação de algum ponto de vista ideológico, conforme tratada pela inevitável força de estruturação da transitividade e da categorização lexical".

Entendemos, por conseguinte, que essa seleção lexical serve de ocasião para a naturalização de uma realidade que provoca a ilusão de transparência e obviedade (a realidade é tal como é representada). Os elementos circunstanciais dos recortes acima exercem exatamente essa função. Eles descrevem, especificam e qualificam as ações materiais de José Dirceu, de modo a mapear sentidos que possam funcionar de maneira indissociável à figura do político José Dirceu de Oliveira e Silva. Além disso, esse léxico selecionado para a representação do ministro têm claramente uma função categorizadora. Ele não somente classifica o modo de agir do ministro, mas também constrói nossa experiência de um modo geral sobre esse modo de agir.

4.1. O papel das ações materiais na representação de escândalos políticos: os cartões corporativos

Conforme mostramos nas análises anteriores, no processo de representação da experiência sobre um escândalo, os jornalistas fazem escolhas léxico-gramaticais e semânticas particulares de acordo com seus objetivos comunicativos. Vimos que, frente às várias possibilidades de escolha disponíveis a esses jornalistas, uma decisão de comunicar uma coisa implica necessariamente uma decisão de não comunicar outras, que a análise detalhada dessas decisões revela determinadas escolhas de estruturas gramaticais, de processos, de participantes e de elementos circunstanciais, e que cada uma dessas escolhas tem uma função discursiva na representação da experiência.

No caso da representação do escândalo dos cartões corportativos não é diferente. Nos textos (duas reportagens da revista Veja), a decisão de comunicar o uso abusivo e indevido do dinheiro público para gastos particulares e até enriquecimento ilícito (já que alguns servidores públicos alteravam o valor de notas fiscais acima do valor gasto, para depois partilharem o lucro com as empresas coniventes com a fraude) implica não só deixar de comunicar outros aspectos sobre o escândalo, como, por exemplo, que essa transgressão pode ser cabível de punição legal, implica também escolhas de processos, de participantes e de elementos circunstanciais particulares para a significação do escândalo. Se tomarmos o modo como os jornalistas representam o escândalo em termos do uso dos cartões de crédito corporativos, veremos que palavras relacionadas ao campo semântico do conceito de gastar são recursos constantemente usados nos três componentes do sistema de transitividade. Vejamos os recortes abaixo:

> (1). Os cartões de crédito oficiais [**Meta**] são usados [**Processo Material**] até para *abastecer* a despensa dos palácios [**Circunstância de propósito**].
>
> (2). Agora [**Circunstância de tempo**], descobre-se [**Processo Mental Cognitivo**] que até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva [**Ator**] *paga* [**Processo Material**] as contas de casa [**Meta**] com esse instrumento [**Circunstância de meio**]. Três funcionários do Planalto [**Ator**] *fazem* [**Processo Material**] *compras* [**Escopo**] para o presidente [**Cliente**] com os cartões pagos pelo governo [**Circunstância de meio**].
>
> (3). (A ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro) Ela [**Ator**] *fez* [**Processo Material**] *uma farra* [**Escopo**] tão grande [**Circunstância de grau**] com o cartão corporativo [**Circunstância de meio**] que o Planalto [**Experienciador**] cogita [**Processo Mental Cognitivo**] demiti-la [**Processo Material**].

(4). (Matilde Ribeiro) *Mandou* [**Processo Material**] o cartão [**Escopo**] em hotéis cinco-estrelas, redutos da boemia carioca e paulistana e bares de todo o país [**Circunstância de lugar**].

(5). Como Matilde [**Circunstância de comparação**], outros ministros [**Ator**] *caíram na folia* [**Processo Material**].

(6). Altemir Gregolin, da Pesca [**Ator**], se *esbaldou* [**Processo Material**] durante o Carnaval de 2007 [**Circunstância de duração**]. *Passou* [**Processo Material**] o feriado [**Escopo**] no Rio de Janeiro [**Circunstância de lugar**], *pagou* [**Processo Material**] três diárias em hotéis [**Escopo**], *comeu* [**Processo Material**] na cara churrascaria Porcão, a preferida das celebridades [**Circunstância de lugar**], e *deu* [**Processo Material**] *uma esticada* [**Escopo**] no Hera Bar [**Circunstância de lugar**].

(7). (Altemir Gregolin) Ele [**Ator**] vai precisar melhorar [**Processo Material**] o rebolado [**Escopo**] para justificar os 22.000 reais do Erário que *torrou* em 2007 [**Circunstância de propósito**].

(8). O ministro dos Esportes, Orlando Silva [**Meta**], também pode ser investigado [**Processo Material**] por *cobrir despesas indevidas com o dinheiro público* [**Circunstância de razão**]. *Arcou* [**Processo Material**] com almoços e jantares de seus convidados [**Escopo**] durante o ano todo [**Circunstância de duração**]. De uma só tacada [**Circunstância de frequência**], *deixou* [**Processo Material**] mais de 460 reais [**Escopo**] no Bela Sintra, elegante restaurante português de São Paulo [**Circunstância de lugar**].

Em todos os recortes acima, notamos como o conceito de gastar varia de acordo com os objetivos do jornalista de comunicar determinados significados e, assim, de construir uma realidade de corrupção para o escândalo. Ao fazer uso de diferentes formas de se dizer como os cartões corporativos são utilizados por seus portadores para gastos particulares, o jornalista constrói realidades específicas para o escândalo e para aqueles indivíduos envolvidos, evidenciando como servidores públicos "gastam" o dinheiro público.

Se atentarmos para o recorte (1), veremos que as demais escolhas destacadas nos recortes (2), (3), (4), (5), (6), (7) e (8) descrevem a "farra" com os cartões. O recorte (1) é o *lead* de uma reportagem, e traz a informação de que até as despensas dos palácios da Alvorada e da Granja do Torto, residências oficiais da família Lula, estavam sendo abastecidas com o uso de um cartão corporativo. Com as escolhas "farra" e "abastecer", percebemos, conforme observa Van Dijk (1988, p.40), que o título e o *lead* de reportagens definem toda a situação informada no texto e indicam ao leitor um conjunto preferido de significados para o texto. Analisando as outras escolhas dos outros recortes, vemos como o jornalista constrói essa realidade enunciada no título e no *lead* da reportagem.

No recorte (2), por exemplo, a representação dessa farra inclui o presidente Lula como agente do processo de pagar e como participante beneficiário da ação material de comprar. Ou seja, o presidente também desfruta dos benefícios do cartão. Ainda nesse recorte experiencial, chama atenção a escolha da circunstância de meio "com os cartões pagos pelo governo", com a qual o jornalista faz questão de tornar evidente que os cartões são pagos com o dinheiro público.

Nos recortes (3) e (4), também se percebe uma forma particular de representação dos gastos com os cartões. Nestes recortes, é a ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, quem é representada como agente dos processos materiais "fez uma farra" e "mandou o cartão". No recorte (3), a primeira oração, além de funcionar como uma informação de causa para a segunda, traz uma circunstância de grau que busca expressar o tamanho da farra que a ministra fez com seu cartão. A circunstância de lugar no recorte (4) representa somente uma parcela dos lugares onde a ministra teria feito essa farra. Embora seja um componente experiencial opcional na representação da experiência, o jornalista não abre mão de fazer uso dos elementos circunstancias de modo a significar o evento em termos do uso indevido do cartão corporativo.

Frente às várias possibilidades de escolha de um processo material para representar esses gastos, "caíram na folia", no recorte (5), chama atenção. Essa forma de significar a realidade de mundo do escândalo descreve não somente o tipo de atividade realizado pela ministra Matilde e outros ministros, mas também constrói uma realidade de mundo peculiar a eles: esses ministros, literalmente, fazem pouco caso com o dinheiro público. A representação construída para o ministro da Pesca, Altemir Gregolin, nos recortes (6) e (7), mostra que suas atividades realizadas com o cartão não condizem com aquilo que se espera de um representante político. Suas irregularidades custaram um preço: 22.000 reais "torrados" do erário apenas no ano de 2007. No recorte (6), a descrição dessas atividades revela uma realidade de mundo digna de um turista rico a passeio pelo Rio de Janeiro: a escolha dos processos materiais "esbaldou", "passou o feriado", "pagou", "comeu" e "deu uma esticada" indicam isso. Ademais, os elementos circunstanciais têm um papel fundamental nessa representação, pois eles fornecem subsídios informativos relevantes para a construção dessa realidade de mundo; como, por exemplo, a circunstância de lugar "na cara churrascaria Porcão, a preferida das celebridades", que revela um lugar frequentado por poucos, em razão do alto preço.

Outra representação desse pouco caso com o dinheiro público ocorre no recorte experiencial (8). Nele, a realidade de mundo construída revela a boa vida que leva o ministro dos Esportes, Orlando Silva, com o uso do cartão corporativo. As experiências representadas mostram que o ministro tinha o costume de pagar almoços e jantares para seus convidados com o cartão, além de não se importar em pagar de uma só vez 460 reais em um único desses jantares. A seleção das circunstâncias de duração, "durante o ano todo", e de frequência, "de uma só tacada", reforça essa realidade de mundo, ao fornecer informações sobre as circunstâncias em que o ministro fazia uso dos benefícios do cartão.

Além dessas escolhas de léxico relacionadas ao campo semântico do conceito de gastar, outro recurso experiencial utilizado pelos jornalistas para a construção de uma realidade de atividades irregulares cometidas com os cartões são os elementos circunstanciais. Utilizados principalmente para oferecer informações adicionais ao fato descrito (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004), esses elementos são fundamentais nas narrativas jornalísticas sobre o escândalo aqui investigado, visto que constroem, basicamente, o lugar, o tempo, a frequência e os motivos das atividades envolvidas no acontecimento.

> (9). Eles (os cartões) [**Meta**] deveriam ser usados [**Processo Material**] por ministros e seus assessores [**Ator**] principalmente em viagens para pagar despesas imprevistas decorrentes do exercício do cargo [**Circunstância de propósito**]. Também serviriam [**Processo Material**] para que as repartições públicas tivessem mais flexibilidade para fazer compras que não precisam de licitação [**Circunstância de propósito**].

> (10). Por lei [**Circunstância de fonte**], os cartões de crédito corporativos [**Característica/Meta**], adotados [**Processo Material**] pelo governo [**Ator**] em 2001 [**Circunstância de tempo**], para conferir mais transparência aos gastos dos funcionários públicos [**Circunstância de propósito**], servem [**Processo Relacional Identificativo**] para que seus portadores possam fazer face a despesas "esporádicas e emergenciais" [**Circunstância de propósito/Valor**].

Nota-se que em ambos os recortes são nos elementos circunstanciais de propósito que os jornalistas informam quando os cartões devem ser utilizados e sua funcionalidade para facilitar o exercício político. Visto que a recontextualização significa trazer elementos de uma prática para o contexto de outra, transformando-os e ressignificando-os, o modo como os jornalistas representam o escândalo nas escolhas de elementos circunstanciais diz muito sobre o posicionamento desse evento de corrupção no mundo das irregularidades, como exemplifica o seguinte recorte.

(11). [...] alguns ministros [**Ator**] usavam [**Processo Material**] os cartões [**Meta**] para pagar restaurantes chiques, botequins, docinhos e até artigos no free shop [**Circunstância de propósito**].

A circunstância de propósito acima sinaliza uma das principais funções dos cartões nas mãos de alguns ministros. Além disso, essa informação apresenta lugares onde esses ministros teriam feito uso de cartões. Acerca disso, vejamos os elementos circunstanciais de lugar nos recortes abaixo.

(12). Sozinho, torrou [**Processo Material**] 115.000 reais [**Escopo**] em 2007 [**Circunstância de tempo**] em supermercados, açougues e lojas de bebida, entre outros [**Circunstância de lugar**].

(13). Um dos assessores mais próximos de Lula, José Henrique de Souza [**Ator**], usou [**Processo Material**] o cartão [**Meta**] em açougues, supermercados, padarias, peixarias e lojas de bebidas [**Circunstância de lugar**].

(14). Mandou [**Processo Material**] o cartão [**Meta**] em hotéis cinco-estrelas, redutos da boemia carioca e paulistana e bares de todo o país [**Circunstância de lugar**].

(15). (o ministro dos Esportes, Orlando Silva) utilizou [**Processo Material**] o cartão corporativo [**Meta**] na Tapiocaria Maria Bonita [**Circunstância de lugar**].

As localidades apontadas nessas circunstâncias nem de longe representam lugares onde servidores públicos estejam utilizando o cartão para pagar despesas realizadas com compra de material e prestação de serviços, muito menos para despesas imprevistas decorrentes do exercício do cargo. Nos recortes (12) e (13), temos a representação de ações materiais de um assessor de Lula em suas funções de abastecer as despensas das residências do presidente. No recorte (14), por sua vez, é a ministra Matilde Ribeiro quem utiliza os benefícios do cartão, mas não para pagar contratação de serviços para o exercício político, mas sim para lazer próprio. No recorte (15), é outro ministro quem usufrui o cartão para satisfazer uma vontade pessoal: a compra de uma tapioca.

Acerca da revelação de valores gastos, outra forma de construir a realidade de corrupção é com elementos circunstanciais de tempo e de frequência, como podemos ver nos recortes abaixo.

(16) No ano passado [**Circunstância de tempo**], foram pagos [**Processo Material**] 78 milhões de reais em despesas feitas com cartões funcionais [**Escopo**].

(17) (...) dez colegas de Souza no Planalto [**Ator**] gastaram [**Processo Material**] nada menos que 3,7 milhões de reais [**Escopo**] em 2007 [**Circunstância de tempo**].

(18) No ano passado [**Circunstância de tempo**], todo esse pessoal [**Ator**] sacou [**Processo Material**] 58,7 milhões de reais em dinheiro [**Escopo**].

(19) (a ministra Matilde Ribeiro) no ano passado [**Circunstância de tempo**], torrou [**Processo Material**], em média, 14.300 reais [**Escopo**] por mês [**Circunstância de frequência**].

(20) Ao longo do ano passado [**Circunstância de tempo**], Souza [**Ator**] gastou [**Processo Material**] 115.000 reais com despesas aparentemente bem pouco emergenciais [**Escopo**].

Associadas aos processos materiais, essas circunstâncias revelam que os gastos eram realizados em abundância em curtos períodos de tempo. Nos recortes (16), (17) e (18), vemos que altos valores foram gastos no período de apenas um ano. No recorte (19), novamente, temos uma representação experiencial para a ministra Matilde Ribeiro: ela é agente do processo de gastar um valor muito acima daquele estipulado como uma média mensal para os cartões. Já no recorte (20) é o assessor de Lula, José Henrique de Souza, quem gasta um valor exorbitante durante o período de apenas um ano.

Por meio dessas análises, entende-se que as circunstâncias são recursos discursivos imprescindíveis à construção de um clima de desaprovação característico de escândalos políticos midiáticos (THOMPSON, 2002). Visto que nossas maneiras de experienciar o acontecimento são determinadas pelos modos como os jornalistas constroem narrativas para os fatos, essas escolhas de elementos circunstanciais, juntamente com os processos materiais e seus participantes, sugerem referências para nossa interpretação daquilo que aconteceu no escândalo. Convém ressaltar que essas escolhas revelam-se como opções sistêmicas de materialização do evento em termos de lugares, valores gastos e ações envolvendo os cartões e seus portadores.

Assim, essas escolhas abrem espaço para a construção de um discurso infamante, o qual expõe atividades que trazem descrédito para esses portadores de cartões, colocando em risco suas reputações. A respeito desses indivíduos, chama atenção as realidades de mundo construídas para três deles: a ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e os ministros da Pesca, Altemir Gregolin, e dos Esportes, Orlando Silva. Convém destacar que esses ministros são, conforme denomina Thompson (2002), as personagens do drama (*dramatis personae*); são eles os alvos das representações de mundo construídas; são suas ações que estão no centro do escândalo, daí porque fazer escolhas específicas para representar realidades de mundo particulares.

5. *Comentários finais*

Admitindo-se que toda representação é política (RAJAGOPALAN, 2003), discutimos neste texto o modo como jornalistas da revista *Veja* se valem de escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico para construírem sistemas de conhecimento e significado para dois escândalos políticos ocorridos no contexto brasileiro. Nossos resultados de análise apontaram como as escolhas de transitividade são sempre motivadas pelos tópicos de situação de cada escândalo e que, além de descreverem aspectos das realidades de mundo dos escândalos, são nessas escolhas motivadas que a revista constrói um discurso infamante buscando uma resposta pública de desaprovação para os fatos e para os envolvidos. Uma vez que são os interesses políticos dos jornalistas, enquanto porta-vozes da revista *Veja*, que ditam os critérios de construção das representações, observou-se que os textos potencializam as irregularidades cometidas nos escândalos, produzindo, assim, uma excessiva visibilidade dessas infrações e de seus autores.

Uma vez que o espaço discursivo dado à revelação dos escândalos é preenchido por um discurso muito mais preocupado em criticar e condenar os acusados do que conscientizar seu público dos valores da política em uma sociedade democrática, a criação de novas formas de participação coletiva na política, com acompanhamento e vigilância atuante sobre as atividades que ocorrem no subcampo político, fica seriamente prejudicada. Em consonância com o diz Thompson (2002), acredito que essa forma de se construir a realidade social dos escândalos pode gerar uma gradual corrosão das formas de confiança social na política, recurso do qual a ação política depende para adquirir poder político. Entendo que a condenação dos fatos pode criar nos leitores um ceticismo e uma indolência, resultando no abandono destes leitores na participação crítica das formas de se fazer política no país.

Acreditamos que esta proposta de investigação teve êxito ao explorar em cada escolha sistêmica de transitividade e de léxico os modos particulares de representação dos escândalos, em que os jornalistas buscam fazer com que olhemos para cada evento de uma forma, e não de outra; não obstante saibamos que nosso *corpus* representa somente um pequeno recorte do modo como a revista *Veja* constrói sistemas de conhecimento e significado para escândalos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

EGGINS, Suzanne. *An introduction to Systemic Functional Linguistics*. 2. ed. London: Continuum, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. *Media Discourse*. London: Arnold, 1995.

_____. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Analysing discourse*: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FOWLER, Roger. *Language in the News:* discourse and ideology in the press. London: Routledge, 1991.

HALLIDAY, Michael A. K.; MATTHIESSEN, Christian M. I. M. *An introduction to Functional Grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica:* linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

THOMPSON, Geoff. *Introducing Functional Grammar*. 3. ed. London: Routledge, 2014.

THOMPSON, John. *O escândalo político*: poder e visibilidade na era da mídia. Trad.: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAN DIJK, T. A. *News as Discourse*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and practice*: new tools for Critical Discourse Analysis. New York: Oxford University Press, 2008.

REPORTAGENS

A farra dos cartões de crédito. *Veja*. Edição 2046, de 6/02/2008.

A república dos cartões. *Veja*. Edição 2047, de 13/02/2008.

Nocaute. *Veja*. Edição 1910, de 22/06/2005.

O PT assombra o planalto. *Veja*. Edição 1909, de 15/06/2005.